

PLANO-SEQÜÊNCIA

Proposta da teoria do controle gerencial para a gestão do patrimônio familiar

Marcelo Primola Magalhães*

Mariano Yoshitake**

Marinette Santana Fraga***

Moacyr da Cruz Costa Júnior****

Este artigo tem como finalidade realizar um estudo sobre a importância do conhecimento contábil e do plano-sequência para o controle do patrimônio familiar. A utilização de controles norteia o planejamento das células sociais, entre elas a família, que é considerada em sua qualidade a primeira e mais importante sociedade organizada do mundo, sendo assim base de todas as outras sociedades. Aborda a utilização das funções administrativas, principalmente o planejamento, a organização e o controle, como meios para a gestão familiar acompanhar a variação da riqueza. Apresenta um plano-sequência específico para o controle do patrimônio da família adaptável à estrutura de cada grupamento familiar.

A Ciéncia Contábil é de suma importância para que as entidades atinjam seus objetivos. Onde existam interesses econômicos, atos de decisão, execução e a necessidade da observação dos fatos que lhes são inerentes, deve-se aplicar a ciéncia contábil. A família, como as demais entidades, possui um patrimônio e deve se preocupar com o controle do mesmo para acompanhar a variação da sua riqueza.

A família, independentemente das formas em que vem se constituindo, é a base da sociedade, conforme o advogado Rodrigo da Cunha Pereira, professor da PUC/Minas e responsável pelo Instituto Brasileiro de Família, em uma entrevista à Editora Del Rey, sobre a nova direção do direito da família: "A família foi, é, e continuará sendo a célula, o núcleo básico da sociedade." Logo, sendo a principal célula social, o sucesso das demais sofre e recebe suas influências, que interferem na vida social. Sá (1998) define células sociais, sendo:

Célula social ou Azienda é um agregado de pessoas e de coisas imprecisadas, com atividade permanente ou duradoura e que visa suprir objetivos traçados pelo homem, sendo parcela da sociedade. Como exemplos: lares, escritórios profissionais, as faculdades, as livrarias, os supermercados, as companhias aéreas, as fábricas de calçados, os clubes de futebol, farmácias, etc.

A família pode ser constituída por meio da reunião de duas pessoas, sob formas distintas. A mesma poderá ter o aumento ou diminuição dos seus entes

e, além dos aspectos sentimentais que ligam duas pessoas na constituição familiar, outros interesses devem estar presentes para suprir as necessidades, como interesses econômicos e tomadas de decisões entre duas ou mais alternativas. Logo, a família deve utilizar o planejamento, orçamento, definir as funções de cada um (direção), a organização e todos os controles necessários para executar e observar os fatos que promovem alteração no patrimônio. Conforme D'Áuria (1957):

No vida social, e consequentemente na família, é imprescindível o uso da riqueza para a satisfação das exigências vegetativas e de relação entre pessoas. Os meios materiais da riqueza, as formas da sua representação – a moeda e o crédito, a produção, a troca e o consumo e a poupança desses meios, por manifestações de vontade dentro das normas jurídicas, formam na composição patrimonial e entram na realização das operações da espécie econômico-administrativa.

Com a constituição da família, verifica-se uma nova sociedade que deve ser gerida e estruturada para atingir os seus objetivos sentimentais, financeiros e econômicos. Sendo a contabilidade uma ciéncia social que tem como um dos objetivos o registro dos fatos contábeis, por meio da mesma, pode-se buscar o controle dos bens tanto quantitativamente como qualitativamente, e assim obter informações preventivas quanto ao patrimônio familiar.

Contabilidade e família

A Ciência Contábil é de suma importância para que as entidades atinjam seus objetivos. Ela é o controle geral de todos os sistemas, sendo considerada por Fayol como o órgão vital das empresas. A família não deve ficar indiferente quanto à necessidade de se implantar controles dos ganhos e, principalmente, dos gastos para uma continuidade harmoniosa do patrimônio familiar. Como uma célula social, necessita da adoção de controles e planejamento, independentemente do número de espécimes que a constitui ou do valor quantitativo ou qualitativo de seu patrimônio.

Conhecer um pouco de contabilidade será desejável ao gestor familiar, o discernimento básico lhe dará condições de controlar seus bens, seus direitos e suas dívidas e entender a evolução de seu patrimônio. Por meio da utilização de controles simples, poderá desenvolver uma boa gestão do lar em prol do bem-estar da prole e contribuirá para a divulgação da importância desses controles no meio em que vive, aprendendo e ensinando, adequando-se e renovando-se, buscando orientação e se prevenindo, buscando uma vida melhor para a sua família.

Assim, seria viável que todas as pessoas aprendessem a utilizar as ciências contábeis, a administração, a economia, o direito, pois, com o conhecimento das mesmas, o praticante adequará as informações destas ciências às suas necessidades, suplementando-as com grande dose de discernimento pessoal. O conhecimento holístico de tais ciências, além de outras não mencionadas, será útil para a eficácia familiar.

A Contabilidade está intimamente ligada às funções administrativas, destacando-se o planejamento, a organização e o controle. Para o primeiro, que irá nortear os programas de investimentos e financiamentos da empresa, fornecerá dados mais precisos para a função preditiva. A organização é essencial para a execução dos controles, que é o meio para atingir o planejamento, e funcionaria como feedback das ações dos gestores

e contribuirá em todas as áreas, evitando-se desorganização, desperdícios, furtos, desvios, entre outros. O desequilíbrio no patrimônio familiar pode se refletir em fatores emocionais, desestruturando a família com repercussão na vida social.

Planejamento e Orçamento Familiar

O planejamento envolve a seleção de objetivos e diretrizes, programas e procedimentos para o atingir. Deve-se levar em consideração o contexto em que a família esteja inserida, delimitando metas dentro de sua realidade e buscando um comprometimento de todos os membros envolvidos no processo do controle patrimonial. O gestor familiar deve estabelecer as metas para o seu lar, preocupando-se desde as necessidades básicas até aquelas mais avançadas. Deve abranger eventos presentes e futuros visando a sustentação do patrimônio familiar. Todas as decisões devem constar no plano familiar, como: educação de todos, troca de veículos, aquisição de imóveis, móveis, viagens de férias, previdência, planos de saúde, seguros, enfim, todos os fatos que possam causar variações positivas ou negativas do patrimônio familiar. Essas decisões devem ser verificadas, acompanhadas e comparadas com o patrimônio inicial da família constituída, para verificar a variação da riqueza.

As famílias podem controlar seu dinheiro no dia-a-dia, mediante o uso do orçamento, objetivando a adequação de seus gastos e redução daqueles desnecessários. Desta forma estarão economizando e, dependendo da situação, esta economia resultará em mais recurso disponível, podendo a família decidir-se por poupar e evitar o consumismo exagerado ou direcioná-lo para outro fim. Poupar pode ser definido como um consumo não-realizado, cujo valor poderá ser investido, isto é, promover uma aplicação planejada para aumentar a riqueza no futuro.

O orçamento é um plano que ajuda você a determinar e controlar os rendimentos. Se suas despesas são muito altas ou se você quer investir mais, reveja seu orçamento pessoal e identifique em que você pode cortar gasto. A elabora-

ção do mesmo deve atender a qualidade da informação contábil, denominada de compreensibilidade, conforme Hendriksen (1999): "A inteligibilidade ou a compreensão da informação proposta depende da natureza do usuário, esta característica é classificada como específica ao usuário. Assim deve o modelo ser adequado conforme o nível cultural intelectual do usuário, deve ser realístico e possibilitar o controle."

A elaboração de um Controle de Orçamento Familiar pode ser feita pelo próprio gestor sob a orientação de um profissional de finanças, ou até pelos modelos dos sites de finanças, como o MS Money ou Quicken; este seria o primeiro passo para iniciar a organização das finanças.

Organização Familiar e Contábil

Organizar envolve a determinação de atividades necessárias para a construção de objetivos de agrupamento das atividades. A família também deve possuir uma estrutura organizacional que facilite a administração do lar. A pessoa que, em comum acordo, estiver mais preparada, seria o gestor e os demais seriam colaboradores, podendo haver uma divisão das atividades e dos controles, para que todos participem e contribuam para o acréscimo do patrimônio, que, em princípio, pertence a todos.

A estrutura da organização é clara, não é um fim em si mesma, mas um instrumento para atingir os objetivos da família. A organização eficiente contribuirá para o sucesso, para a diminuição do estresse, para uma melhor convivência e felicidade dos entes familiares e, por esta razão e outras, a aplicação dos princípios de organização é muito importante. Um caminho para organizar o patrimônio da família é o registro de todos os fatos que podem causar variação patrimonial. Um bom inicio pode ser o inventário de todo e imobilizado da família com a organização da documentação em arquivos identificados e seguros; em seguida, o registro de todas as rendas e despesas da família, com o maior nível de detalhamento possível. A organização de uma contabilidade para

atender aos interesses e às necessidades da família está ligada à predisposição de seus membros em realizar a observação e registro dos fatos que causam variação patrimonial, considerando-se as características peculiares de cada grupamento familiar. É necessário também manter um arquivo de outros documentos não menos importantes, como a guarda de documentos da vida civil - certidões de casamento, de nascimento, de óbitos, carteiras de identidade e CPF, diplomas escolares e outros - de todos os membros da família. É necessário orientar o grupamento familiar sobre a importância de guardar e registrar os seus recebimentos e pagamentos, mesmo que seja em forma rudimentar, como nos primórdios da contabilidade - o uso de desenhos e riscos orientavam os usuários no controle do inventário.

Conforme o advogado do escritório Mello Advogados Associados, Roberto Correia de Melo, "[...] numa fatalidade, se a documentação não estiver em ordem, os sucessores não saberão quais são os seus direitos." Lembra ainda que é essencial que alguém de confiança saiba onde estão todos os documentos e conheça os bens e direitos que a família possui.

Controle

Segundo Ferreira (2001), a palavra controle, entre outros, possui os seguintes significados: 1. ato ou poder de controlar. 2. Fiscalização exercida sobre as atividades de pessoas, órgãos, departamentos, ou sobre produtos, etc., para que tais atividades, ou produtos, não se desviem das normas preestabelecidas. 3. Domínio físico e psíquico de si mesmo. Conforme Yoshitake (2004a) em sua obra Teoria do Controle Gerencial, o controle possui características simples e complexas e daí formularam-se alguns conceitos por características de controle, independentemente de serem classificadas como simples ou complexas, categorizadas nos seguintes títulos: processos, propriedades, relações, dimensões e figuras de controle. No caso do controle do patrimônio familiar, sugere-se que deve ser de fácil aplicação e adequado às necessidades e

peculiaridades de cada tipo familiar, com linguagem simples e coesa, evitando termos contábeis técnicos e conforme o tamanho do patrimônio e os objetivos, para o qual estão sendo realizados.

Para o autor supracitado (2004b), "[...] o controle é ação sobre objetos ou variáveis cujas mutações causam dificuldades para os gestores." O controle faz com que os fatos se conformem aos planos. Assim, mede o desempenho, corrige os desvios negativos e assegura a execução dos mesmos. Depois de traçada uma meta e elaborados os controles para atingir os objetivos, deve-se verificar a execução dos mesmos e/ou aperfeiçoá-los.

A Contabilidade é o controle dos controles da gestão, não importa se é informatizado ou não, pois vai depender das necessidades de cada célula social. Como um controle maior, tem finalidade de fornecer informações para a tomada de decisões. Na atualidade, percebe-se que o avanço da tecnologia da informação tem contribuído para que os fluxos das informações sejam mais rápidos e propiciem tomadas de decisões em tempo oportuno. É importantíssimo o conhecimento da Contabilidade, pois é esta que fornecerá aos usuários todas as informações relativas ao patrimônio, seja da pessoa física ou jurídica, para que possam tomar decisões baseadas além do *feeling* (percepção pessoal). Recorrendo a D'Áuria (1957b) sobre a utilidade e necessidade da aplicação da contabilidade para o controle do patrimônio familiar, temos:

Sem a cooperação contábil, sem o registro metodizado dos fatos de gestão e sem o conhecimento do estado patrimonial e dos resultados de gestão, os interesses econômicos estarão à mercê do acaso, sumamente perigoso, imperando obscuridade e desorientação, que põem a risco os bens familiares e a satisfação das exigências vitais de cada núcleo.

O ilustre autor reforça a ideia da importância do conhecimento contábil para o controle do patrimônio familiar e aumento da riqueza em prol da qualidade de vida dos conviventes; assim, ele escreveu em sua obra Organização e

Contabilidade Patrimonial Doméstica (1957c):

E necessária a proteção dos interesses da família, para a defesa das situações de negócios com terceiros, para garantir o sustento de seus membros, a educação da prole e proporcionar futuro estável, preservando-os do mal-estar físico e moral e criando-lhes um clima de tranquilidade, condições indispensáveis ao seu equilíbrio, e consequentemente, a própria ordem social.

Assim, torna-se importante o hábito de fazer anotações para conseguir a qualidade dos seus controles, como por exemplo, as anotações no canhoto do cheque. Diante da importância do controle e para sua implantação, é necessário um planejamento que Yoshitake (2004c) define como o processo de estabelecer condições que permitam a operacionalização da proposta de controle gerencial.

Plano-sequência

Para o desenvolvimento desse tópico, foi utilizada a obra de Yoshitake (2004), o precursor desse plano. Para ele, o controle pressupõe a existência de uma sequência nas situações do cotidiano das pessoas e entidades. A sequência é uma sucessão ininterrupta de planos ou cenários que formam uma unidade temática ou estrutural. O conceito de sequência implica sucessão de eventos, no sentido de séries de eventos relacionados, implica existência de sequências básicas de eventos, ações ou movimentos que são repetidos ou a repetir nas ações humanas. (Ver nas páginas 39 e 40 o Quadro, exemplificativo do modelo de plano-sequência do planejamento familiar). Yoshitake (2004d) afirma que:

No conceito de plano-sequência de controle gerencial precisa-se identificar a estrutura organizacional da entidade e as sequências relevantes de cada unidade da estrutura organizacional. Esse plano permitirá a construção de um plano-sequência de mensuração das transações e

QUADRO I - PLANO-SEQÜÊNCIA DO PATRIMÔNIO FAMILIAR

UNIDADE I - LEVANTAMENTO PATRIMONIAL FAMILIAR

SEQÜÊNCIA I - CONTROLES DOS BENS IMÓVEIS

Eventos	Mensuração
<p>1. RELACIONAR, QUANTIFICAR E EVIDENCIAR OS VALORES HISTÓRICOS DOS IMÓVEIS. Os bens serão inventariados. Metodologia: Contagem física dos bens; mensurar conforme os valores constantes dos registros de imóveis em cartório.</p> <p>1.1. ATUALIZAR A DOCUMENTAÇÃO LEGAL. Metodologia: Confrontar documentação existente em poder familiar com certidões solicitadas aos cartórios de registros de imóveis. Caso não exista documentação em poder familiar, regularizar situação junto ao cartório competente.</p> <p>1.2. ARQUIVAR TODA A DOCUMENTAÇÃO. Metodologia: Separar os bens em pastas individualizadas que deverão conter, além do registro em cartório, a certidão de ônus, guias de IPTU e demais documentação que for pertinente ao imóvel.</p>	Valor histórico corrigido.
<p>2. VALORAR OS BENS A PREÇO DE MERCADO. Metodologia: Efetuar a avaliação patrimonial através de um expert.</p>	Valor presente líquido.

SEQÜÊNCIA II - CONTROLE DOS BENS MÓVEIS

Eventos	Mensuração
<p>1. RELACIONAR TODOS OS MÓVEIS RELEVANTES - Considerar-seão relevantes os móveis tais como: veículos, os da linha branca e os eletrodomésticos. Metodologia: Contagem física dos bens; valorar conforme a documentação legal ou, na sua falta, de bem similar no mercado. Levar em consideração o valor sentimental (intangível) pelo bem, talvez a família atribua um valor alto.</p>	Valor histórico.
<p>2. CONSIDERAR O DESGASTE FÍSICO DOS BENS MÓVEIS PARA SUBSTITUIÇÃO. Metodologia: Utilizar pelo menos as taxas sugeridas pelo Fisco para reconhecimento do desgaste dos bens.</p>	Aplicação dos percentuais aos respectivos bens.
<p>3. DETERMINAR O INTERVALO PARA SUBSTITUIR OS BENS MÓVEIS LEVANDO-SE EM CONSIDERAÇÃO A DISPONIBILIDADE FINANCEIRA FAMILIAR. Metodologia: O intervalo para substituição dos bens levará em consideração a sua utilidade mecânica, obsolescência, cultura familiar e disponibilidade financeira.</p>	Valor de mercado (bens tangíveis). Cultura familiar (dificuldade na mensuração). Intangível - valor sentimental.

UNIDADE II - CONTROLE FINANCEIRO

SEQÜÊNCIA I - RECEITAS

Eventos	Mensuração
<p>1. RECEITAS PRINCIPAIS (ATIVIDADES LABORATIVAS) - São estas provenientes do trabalho regular da família. Metodologia: Utilizar como base os dados contidos: no recibo de pagamento quando se tratar de assalariado; no recibo de pagamento de pró-labore, quando se tratar de sócio; e no recibo de pagamento a autônomo, fundamentado em contrato de prestação de serviços, quando for com periodicidade regular, após deduzidos os descontos.</p>	Valores reais da documentação.
<p>2. RECEITAS EXTRAS (advindas de atividades não-laborativas). Metodologia: Fundamentar-se em documentação que comprove estes recebíveis.</p>	Valores reais.

SEQÜÊNCIA II - DESPESAS

Eventos	Mensuração
<p>1. EVIDENCIAR AS DESPESAS FIXAS - São despesas fixas aquelas que ocorrem sistematicamente em períodos sucessivos tais como: luz, aluguel, água, telefone, alimentação, condomínio etc. Metodologia: Identificar quais itens ocorrem de forma constante; identificar os valores pagos de acordo com a documentação de cada item consumido.</p>	Valores reais ou provisionados para o orçamento anual.
<p>2. DESPESAS COM RECREAÇÃO, VESTUÁRIO, REFEIÇÕES. - São despesas de recreação aquelas atividades em que a família gasta com cinemas, jogos, viagens, etc; de vestuário são os gastos com um guarda-roupa mínimo para cada membro familiar; de refeições são os gastos com almoço e lanche em função de atividades profissionais. Metodologia: Registrar os gastos individualizados em planilha própria.</p>	Valores reais praticados no mercado.
<p>3. DESPESAS PROVISIONADAS (MÉDIO E LONGO PRAZO) - São despesas provenientes de gastos que serão pagos em médio prazo - até seis meses - e longo prazo - até doze meses. Metodologia: Registrar gastos individualizados em planilha própria.</p>	Valores presentes ou futuros.

SEQÜÊNCIA III - APURAÇÃO E GESTÃO DO RESULTADO

Eventos	Mensuração
<p>1. RESULTADO - O resultado poderá ser positivo, sobre de recurso, ou negativo, falta de recurso. Metodologia: Confrontar o total da seqüência I - Receitas menos o total da seqüência II - Despesas da Unidade II. Obtendo-se, assim, um lucro ou prejuízo. 1.1. GESTÃO - Evidenciando-se o definido no evento n.º 1 desta seqüência, quando houver lucro, este será destinado ao perfil de investimento familiar. Quando houver prejuízo, apurar os motivos. Metodologia: Do Lucro - Este deverá ser aplicado de acordo com o determinado na seqüência I da Unidade III. Do Prejuízo - Auditar as seqüências anteriores buscando evidências das práticas e implementar mudanças que forem necessárias.</p>	Valores presentes.
<p>2. FLUXO DE CAIXA - Correlacionar a entrada/saída de caixa com a correspondente receita/despesa. Metodologia: Desenvolver um diagrama de fluxo de caixa representando o saldo inicial, as entradas e saídas de recursos e o saldo final de um período mensal, por meio dos controles de receita e despesas da Unidade II, confrontando-os, quando houver, com os extratos bancários.</p>	Valores presentes.

UNIDADE III - VARIAÇÃO PATRIMONIAL

SEQÜÊNCIA I - RESERVAS FINANCEIRAS

Eventos	Mensuração
<p>1. ESTABELECER METAS - Conforme o apurado na seqüência III da Unidade II, apresentar um planejamento de investimento, bem como reestruturação de despesas, caso necessário.</p> <p>1.1. Estudo das despesas: Verificar a possibilidade ou necessidade de redução e/ou reestruturação das despesas evidenciadas na seqüência II da unidade II. Metodologia: Utilizar software específico ou relacionar e elaborar uma planilha eletrônica simulando a reestruturação ou redução das despesas, evidenciando a sua aplicabilidade e valores a economizar. Definir as metas a serem</p>	

atingidas a curto, médio e longo prazo. Acompanhar periodicamente o cumprimento de tais metas. Analisar a causa dos desvios e efetuar os ajustes necessários.

1.2 Estudo das receitas: Verificar a possibilidade ou necessidade de reestruturação das receitas evidenciadas na sequência I da unidade II. Metodologia: utilizar software específico ou elaborar planilha eletrônica demonstrando a conciliação entre receitas e despesas para otimizar o fluxo de caixa.

1.3. Estudo da gestão de recursos: Apresentar um planejamento de reestruturação dos fluxos financeiros evidenciados na sequência III da unidade II. Metodologia: utilizar software específico. Elaborar planilha eletrônica demonstrando a conciliação entre entradas e saídas de recursos e o déficit ou superávit final objetivando a geração sobra de recursos para criação ou aumento de poupança e desenvolver um orçamento de investimentos a fim de identificar quais os projetos patrimoniais que a família pode ter para os próximos 5, 10, 15 e 20 anos considerando sua capacidade financeira de poupar. Mostrar as possibilidades encontradas na reestruturação do fluxo de caixa. Definir as metas a serem atingidas a curto, médio e longo prazo. Acompanhar periodicamente o cumprimento de tais metas. Analisar a causa dos desvios e efetuar os ajustes necessários.

2. ESTABELECER PERCENTUAIS PARA ECONOMIZAR – De posse do orçamento financeiro, determinar percentual de redução ou reestruturação das despesas, bem como o aumento ou criação de poupança necessária para a família cumprir suas metas de investimentos. Metodologia: Elaborar planilhas eletrônicas que definem os percentuais mínimos de economia ou poupança para atendimento das metas estabelecidas no orçamento de investimento. O percentual será o resultado do orçamento financeiro confrontado com as sobras do gerenciamento das despesas ou otimização das receitas. Acompanhar periodicamente o cumprimento de tais metas. Analisar a causa dos desvios e efetuar os ajustes necessários.

UNIDADE IV - INVESTIMENTOS

SEQÜÊNCIA I - EDUCAÇÃO

Eventos	Mensuração
<p>1. LEVANTAR OS GASTOS COM EDUCAÇÃO – Como representa um investimento de longo prazo, a família deverá defini-lo em quatro fases: Ensino Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior.</p> <p>1.1. Ensino Infantil (0 a 6 anos) – Gastos com: transporte, mensalidade escolar, material, alimentação e atividades lúdicas.</p> <p>1.2. Ensino Fundamental (7 a 14 anos) – Gastos com: transporte, mensalidade escolar ou não, material, alimentação, atividades esportivas, escola de línguas e aulas particulares.</p> <p>1.3. Ensino Médio (15 a 18 anos) – Gastos com: transporte, mensalidade escolar ou não, material, alimentação, atividades esportivas, Pré-Vestibular, escola de línguas e aulas particulares.</p> <p>1.4. Ensino Superior (18 a 23 anos) – Transporte, mensalidade escolar ou não, material, alimentação e escola de línguas. Metodologia: Evidenciar os gastos por meio de pesquisa feita no mercado para cada item.</p>	Valores presentes e futuros.

SEQÜÊNCIA II – APLICAÇÕES NO MERCADO FINANCEIRO

Eventos	Mensuração
<p>1. ANALISAR A DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DA FAMÍLIA – Serão aplicados recursos que poderão ser resgatados para fazer frente a pequenos investimentos e gastos que irão ocorrer no curto prazo.</p> <p>1.1. DEFINIR O TIPO DE APLICAÇÃO – Escolher, dos vários tipos oferecidos pelo mercado, o de menor risco. Metodologia: Utilizar-se à do orçamento de investimentos para definir o percentual a ser aplicado.</p>	Valores presentes e futuros.

SEQÜÊNCIA III – AQUISIÇÃO DE IMOBILIZADO

<p>1. VERIFICAR O ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS – Serão executados de acordo com as disponibilidades financeiras.</p> <p>1.1. APLICAR E CONTROLAR – Efetuar a aquisição e controlar como definido na Seqüência I da Unidade I. Metodologia: Verificar a disponibilidade financeira e confrontar com o orçamento de investimento para identificar o que se poderá adquirir.</p>	Valores de mercado.
---	---------------------

UNIDADE V – PREVENÇÃO PARA BENEFÍCIO PERMANENTE

SEQÜÊNCIA I – PREVIDÊNCIA OFICIAL

Eventos	Mensuração
<p>1. IDENTIFICAR SE CONTRIBUINTE – Verificar se os membros da família são contribuintes da previdência oficial e quais os valores de contribuição.</p> <p>1.1. IDENTIFICAR O PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO. Metodologia: Identificar, por meio de recibos de pagamento de salários e carnê de contribuição, os percentuais e valores de contribuição.</p>	Valores presentes.
<p>2. TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – Fazer a contagem de tempo de contribuição para definir qual será a política para a aposentadoria. Metodologia: Utilizar tabela fornecida pelo INSS.</p>	Valores presentes.

SEQÜÊNCIA II – PREVIDÊNCIA PRIVADA

<p>1. ANALISAR OS TIPOS DE PLANOS OFERECIDOS NO MERCADO – Identificar o plano que se enquadra no orçamento familiar.</p> <p>1.1. CONTRATAR E CONTROLAR – Metodologia: Solicitar propostas de planos e escolher aquela que se enquadra na disponibilidade financeira da família.</p>	Valores presentes e valores futuros.
---	--------------------------------------

SEQÜÊNCIA II – USUFRUTO

<p>1. INVENTARIAR OS BENS – Metodologia: Utilizar os dados das Seqüências I e II da Unidade I.</p> <p>2. DEFINIR OS BENEFICIÁRIOS – Metodologia: Contratar um advogado para definir a partilha.</p>	Valores históricos corrigidos ou reavaliação.
---	---

UNIDADE VI – DISSOLUÇÃO FAMILIAR

SEQÜÊNCIA I – SEPARAÇÃO JUDICIAL

Eventos	Mensuração
<p>1. INVENTARIAR OS BENS. Metodologia: Utilizar os dados das Seqüências I e II da Unidade I e Seqüência I da Unidade III.</p> <p>2. Auxiliar no processo de dissolução familiar dos bens, nos diversos tipos de separação familiar.</p>	Valores históricos corrigidos ou reavaliação.

SEQÜÊNCIA II – EM CASO DE FALECIMENTO

<p>1. PROVIDENCIAR TESTAMENTO, COM BASE NOS CONTROLES FEITOS PARA O INVENTÁRIO DOS BENS.</p> <p>2. RESERVA FINANCEIRA PARA COBRIR AS DESPESAS PROVENIENTES DO FALECIMENTO.</p> <p>3. INSTRUIR OS FAMILIARES PARA A CONTINUIDADE DOS CONTROLES DO PATRIMÔNIO.</p>
--

Fim da unidade

eventos de natureza econômica. O plano-sequência de controle gerencial tem por objetivo a pesquisa de princípios e conhecimentos necessários para aumentar a controlabilidade das operações de uma entidade. Precisa servir como base para estabelecimento de parâmetros ou padrões. Precisa ter base suficiente para explicar e prever ocorrências de custos, avaliar desempenhos, construir indicadores e testar se houve ou não agregação de valor às operações.

A estrutura de um plano-sequência se divide em: (a) unidade de ação e (b) sequência de eventos. A unidade de ação corresponde ao esforço que se faz para a execução de uma tarefa. A unidade de ação pode ser caracterizada como um conjunto de atividades constituído por uma sequência de eventos ou procedimentos. Yoshitake (2004e) afirma que "[...] o plano-sequência é a somatória de sequências das unidades de ação observáveis nas ações e comportamentos dos gestores de uma organização."

Na opinião dos autores desse artigo, o plano-sequência pode ser comparado com as redes PERT (*Program Evaluation and Review*), que é uma técnica de programação utilizada para o gerenciamento de projetos com grau de complexidade elevado, que exigem a coordenação de várias atividades, algumas das quais devem ser realizadas simultaneamente e outras não podem ser iniciadas até que atividades anteriores tenham sido completadas. Conforme Robbins (2000), a rede PERT:

É um diagrama de fluxo que descreve a sucessão de atividades necessárias para a conclusão de um projeto e o tempo ou custos associados a cada atividade. É necessário, para a sua construção, o conhecimento de três termos: eventos, atividades e caminho certo.

No plano-sequência também é essencial o discernimento desses termos. Assim, os eventos indicam o início ou fim de uma atividade e não consomem re-

cursos, já as atividades representam o tempo ou recursos necessários para se avançar de um evento a outro e o caminho crítico é a sequência mais longa ou demorada de eventos e atividades em uma rede PERT. Percebe-se que o conhecimento sobre essa técnica de programação é importante para compreender os objetivos do plano-sequência e sua fácil aplicação em diversos ramos de empresas. Este artigo tem como objetivo demonstrar que o plano-sequência pode ser utilizado para o controle do patrimônio familiar e que o modelo desenvolvido deve ser adaptado a cada tipo de grupamento familiar, retirando ou acrescentando itens necessários.

Observa-se que o grupamento familiar pode utilizar, para os cálculos de valores presentes, futuros ou corrigidos, o índice ou taxa que lhe convier (IGPM - Índice geral de preço médio, taxa Selic, taxa DI ou câmbio) uma vez que este controle é gerencial. Todavia, se estas informações forem utilizadas para divulgações oficiais ao governo, deve-se aplicar os que são permitidos pela legislação pertinente.

Logo, a organização é o primeiro passo para se ter um controle do patrimônio familiar eficiente; sem a mesma, impossível será o registro e relato dos fatos e atos correlatos.

Considerações finais

O controle do patrimônio é fundamental para o equilíbrio financeiro e emocional da célula-núcleo da sociedade – a família. É preciso que pensemos de forma preventiva, em benefício dos conjuges e dos conviventes, protegendo o patrimônio familiar. É necessário cuidar das finanças em família com muita transparência, harmonia e participação de todos os membros, com funções atribuídas desde a gestão principal até o controle dos pequenos gastos. Se o controle do patrimônio fizesse parte da cultura familiar, tudo ficaria mais fácil e rápido, diante das eventualidades. Percebe-se que a divulgação do plano-sequência e dos modelos de controles num linguajar

mais simples e compreensível pode ser a diretriz para conscientizar a pessoa física de que é necessário cuidar da sua pequena empresa, denominada família.

Propõe este artigo a necessidade da conscientização dos gestores familiares que, na maioria das vezes, gerenciam entidades maiores e mais complexas e se esquecem da sua organização familiar; da necessidade de ensinar aos seus membros desde cedo a importância de se ter controles financeiros, de aprender a lidar com o dinheiro; da importância da participação das instituições de educação e do governo na orientação da educação financeira do cidadão.

O controle do ativo e passivo do patrimônio familiar, tendo na contabilidade seu suporte, facilitaria a informação para os processos de tomada de decisões do gestor familiar e até mesmo diminuiria a questão emocional relativa à desconfiança, obtendo grande utilidade em situações especiais, como no testamento, tutela, dissolução familiar, etc., enfim, é essencial para a manutenção da riqueza do patrimônio familiar.

* Marcelo Primola Magalhães – Contador. Mestrando em Ciências Contábeis e professor de Contabilidade na PUC – Belo Horizonte/MG.

** Mariano Yoshitake – Contador. Doutor em Contabilidade e Contabilidade e Coordenador da Mestrado em Contabilidade do CEPPON-BA.

*** Marinette Santana Frage – Contadora Administradora, mestrando em Ciências Contábeis e professora de Contabilidade na FUNOC – Montevidéu/MG.

**** Moacyr da Cruz Costa Júnior – Contador. Mestrando em Ciências Contábeis e professor de Contabilidade na UNIVERSO, Belo Horizonte/MG.

REFERÊNCIAS

- D'ÁVIA, Francisco. *Organização e contabilidade patrimonial doméstica*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1987.
- FERREIRA, António Baltazar R. *O Mestrado em Contabilidade*. Lisboa: Imprensa Portuguesa, 1.ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- HOLMESTRØM, Erling S.; BEEDA, Michael F. *Visão Teórica da Contabilidade*. São Paulo: Blau, 1999.
- KOBBE, Stephen Paul. *Administrando Mudanças e perspectivas*. São Paulo: Sompo, 2006.
- LAZARO, Antônio Lepor. *Teoria da contabilidade*. São Paulo: Blau, 1994.
- . *Teoria da contabilidade*, 2.ª ed. São Paulo: Blau, 1998.
- PIMENTEL, Mariano. *Teoria de controle gerencial*. CEFET – Mestrado acadêmico em Ciências contábeis. Belo Horizonte, 2004.
- BRAZIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Capítulo Vº - Da família, da criança, do adolescente e do idoso. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/presidencia/legislacao/2003/02/27/15140/index.php?menu=2002&acao=2002](http://www.planalto.gov.br/presidencia/legislacao/2003/02/27/15140/index.php?menu=20002&acao=2002)>. Acesso em: 21 mar. 2009.
- . Lei nº 3.270, de 10 de maio de 1919. Reproduzida e § 3º do artigo 226 da Constituição (1988). Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/presidencia/legislacao/2003/02/27/15140/index.php?menu=2002&acao=2002>>. Acesso em: 21 mar. 2009.
- . Lei nº 3.270, de 10 de maio de 1919. Reproduzida e § 3º do artigo 226 da Constituição (1988). Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/presidencia/legislacao/2003/02/27/15140/index.php?menu=2002&acao=2002>>. Acesso em: 21 mar. 2009.